



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO CORRECIONAL – 007/2012

Unidade Judiciária: Vara do Trabalho de Rosário do Sul

Data da instalação da Unidade Judiciária: 12.11.1980

Municípios jurisdicionados: Cacequi e Rosário do Sul

Data da última inspeção correcional: 07.04.2011

Data da presente inspeção: 12.04.2012

Introdução

No dia 12 de abril de 2012, a Corregedora Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, **CLEUSA REGINA HALFEN**, compareceu à sede da Vara do Trabalho de Rosário do Sul, em correição ordinária anual, nos termos legais e regimentais, acompanhada da Assessora Jurídica da Corregedoria, Bruna Calsing, sendo recebidas pela Juíza do Trabalho Laura Balbuena Valente Gabriel, pelo Diretor de Secretaria Carlos Alberto Busatto e pelos servidores Alexandre Fernandes Coradini, Gilberto Milfon Izaguirry Rocha, Marcio Rodrigues Roos, Marilene Vargas Cassol, Pricila Barbieri e Rosane Maria Nunes De Almeida. Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza e os Servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da Vara do Trabalho de Rosário do Sul, das 10h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e dos demais interessados para tratarem de questões referentes àquela Comarca, tendo comparecido, para esse fim, os advogados Sander Guex Prates (OAB/RS nº 34.993), Vice-Presidente da Subseção da OAB, Carlos Roberto Righi Brondani (OAB/RS nº 50.585), Secretário-Geral da Subseção da OAB e Rafael Juliano Ost Thumé (OAB/RS nº 46.779), Tesoureiro da Subseção da OAB, que teceram muitos elogios aos servidores e Magistrados que atuaram na Unidade Judiciária no feriado.

Sinala-se que, em termos gerais, a Unidade Judiciária apresentou bom desempenho no período avaliado, destacando-se a redução dos processos pendentes em todas as fases processuais, o julgamento de todos os processos ajuizados até o ano de 2008, o excelente percentual de acordos homologados na instrução e o grande número de execuções encerradas em 2011. No entanto, com base nos dados levantados e nos processos relacionados, são registradas algumas observações e recomendações neste documento.

1. Corpo Funcional

1.1. Juízes do Trabalho

Nos termos da Portaria nº 01/2012 da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de Rosário do Sul pertence à 70ª Circunscrição,



juntamente com a 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Uruguaiana, Varas do Trabalho de Alegrete e de São Gabriel. Essa Circunscrição é atendida por regime de juiz auxiliar com 2 vagas de zoneamento.

O Titular da Vara do Trabalho de Rosário do Sul é o Juiz **Paulo Luiz Schmidt**, desde 19.04.2011, afastado da jurisdição desde 08.02.2012 até 25.05.2013, em virtude do exercício da Vice-Presidência da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA.

A Juíza do Trabalho Substituta **Laura Balbuena Valente Gabriel** está no exercício da titularidade da Unidade Judiciária desde esta data até o dia 10.05.2012. As Juízas do Trabalho **Elizabeth Bacin Hermes e Fabiana Gallon** atuaram na Unidade Judiciária durante o período avaliado, de 07.04.2011 a 12.04.2012, consoante o quadro abaixo.

Juiz do Trabalho	Atividade/Situação	Afastamento/ Dias
Paulo Luiz Schmidt	Juiz do Trabalho Titular da Unidade Judiciária desde 19.04.2011.	Afastado para exercício da Vice-Presidência da ANAMATRA, desde 08.02.2012 até 25.05.2013; 19.04.2011 a 25.04.2011 (6 dias) – Atuação na 2ª Vara do Trabalho de Gravataí; 26.04.2011 a 29.04.2011 (4 dias) – P.A; 30.04.2011 a 02.05.2011 (3 dias) – Atuação na 2ª Vara do Trabalho de Gravataí; 03.05.2011 a 05.05.2011 (3 dias) – P.A; 06.05.2011 a 08.05.2011 (3 dias) – Atuação na 2ª Vara do Trabalho de Gravataí; 10.05.2011 a 12.05.2011 (3 dias) – P.A; 24.05.2011 a 26.05.2011 (3 dias) – P.A; 31.05.2011 a 02.06.2011 (3 dias) – P.A; 06.06.2011 a 08.06.2011 (03 dias) – P.A; 14.06.2011 a 16.06.2011 (3 dias) – P.A; 20.06.2011 a 22.06.2011 (3 dias) – P.A; 05.07.2011 a 07.07.2011 (3 dias) – P.A; 12.07.2011 e 13.07.2011 (2 dias) – P.A; 14.07.2011 a 12.08.2011 (30 dias) – Férias; 13.08.2011 a 15.08.2011 (3 dias) – P.A; 17.08.2011 e 18.08.2011 (2 dias) – P.A; 22.08.2011 (1 dia) – P.A; 23.08.2011 a 08.01.2012 (4 meses e 17 dias) – P.A; 09.01.2012 a 07.02.2012 (30 dias) – Férias.



Elizabeth Bacin Hermes	<p>Atuação no período de 08.02.2012 a 11.03.2012, em virtude do afastamento do Juiz Titular para exercer a Vice-Presidência da ANAMATRA.</p>	-
Fabiana Gallon	<p>Atuação no período de 10.04.2011 a 18.04.2011, em virtude de Vara do Trabalho vaga;</p> <p>Atuação nos períodos de 19.04.2011 a 25.04.2011, de 30.04.2011 a 02.05.2011 e de 06.05.2011 a 08.05.2011, em virtude da atuação do Juiz Titular na 2ª Vara do Trabalho de Gravataí;</p> <p>Atuação, em virtude do afastamento do Juiz Titular para exercer a Vice-Presidência da ANAMATRA, nos períodos: de 26.04.2011 a 29.04.2011; de 03.05.2011 a 05.05.2011; de 10.05.2011 a 12.05.2011; de 24.05.2011 a 26.05.2011; de 31.05.2011 a 02.06.2011; de 06.06.2011 a 08.06.2011; de 14.06.2011 a 16.06.2011; de 20.06.2011 a 22.06.2011; de 05.07.2011 a 07.07.2011; de 12.07.2011 e 13.07.2011; de 13.08.2011 a 15.08.2011; de 17.08.2011 e 18.08.2011; em 22.08.2011; em 23.08.2011; de 29.08.2011 a 06.11.2011; de 21.11.2011 a 19.12.2011; de 12.03.2012 a 11.04.2012;</p> <p>Atuação nos períodos de 14.07.2011 a 12.08.2011 e de 09.01.2012 a 07.02.2012, em virtude de férias do Juiz Titular;</p> <p>Atuação como Juíza Auxiliar em 09.06.2011 e no período de 29.06.2011 a 30.06.2011;</p> <p>Designação para responder pela Unidade Judiciária no período de 20.12.2011 a 08.01.2012, em virtude do afastamento do Juiz Titular para exercer a Vice-Presidência da ANAMATRA.</p>	-



Laura Balbuena Valente Gabriel	Juíza Substituta no exercício da titularidade da Unidade Judiciária, a partir de 12.04.2012 até 10.05.2012 , em virtude do afastamento do Juiz Titular para exercer a Vice-Presidência da ANAMATRA.	-
--------------------------------	---	---

* P.A. = Processo Administrativo

Verifica-se, pelos dados supraexpostos, que o Juiz **Paulo Luiz Schmidt** afastou-se da Unidade Judiciária por 6 meses e 26 dias, em razão do gozo de 60 dias de férias e das autorizações constantes dos Processos Administrativos nº 002553-04.2011.5.04.0000, nº 003091-82.2011.5.04.0000, nº 000326-94.2011.5.04.0000, nº 0003643-47.2011.5.04.0000, nº 0004015-93.2011.5.04.0000, nº 0004128-47.2011.5.04.0000, nº 0004282-62.2011.5.04.0000, nº 0004282-65.2011.5.04.0000, nº 0004942-59.2010.5.04.0000, nº 0002984-38.2011.5.04.0000, nº 0006138-64.2011.5.04.0000, todos instaurados pelo exercício da Vice-Presidência da ANAMATRA.

1.1.1. Assiduidade dos Juízes

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, constatou-se que o Juiz **Paulo Luiz Schmidt** sempre compareceu com assiduidade à Unidade Judiciária, à exceção dos afastamentos descritos no item anterior.

1.2. Servidores

A Unidade Judiciária tem lotação de 10 servidores, relacionados no próximo quadro, entre os quais 1 ocupa o cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Execução de Mandados, razão pela qual se considera a lotação de 9 servidores na Secretaria. Esse número é elevado para a média de sua movimentação processual nos últimos 3 anos, conforme o Anexo III da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas pela Resolução nº 83/2011 do CSJT, a qual define como sendo de 5 a 6 o número adequado de servidores para Varas do Trabalho com movimentação processual de até 500 processos ao ano.



Servidor	Cargo	Função	Lotação
Carlos Alberto Busatto	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Diretor de Secretaria (CJ3)	09.05.2011
Alexandre Fernandes Coradini	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	24.02.2010
Armando Benjamin da Silva Ribeiro	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC04)	09.05.2011
Marilene Vargas Cassol	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Secretária de Audiências (FC03)	01.09.1995
Rosane Maria Nunes de Almeida	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	25.06.1986
Marcio Rodrigues Roos	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Assistente (FC02)	10.01.2006
Pricila Barbieri	Técnico Judiciário - Área Administrativa	Assistente (FC02)	03.05.2010
Celina Duval de Freitas	Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Execução de Mandados	-	07.12.2011
Gilberto Milfon Izaguirry Rocha	Técnico Judiciário - Área Administrativa - Especialidade Segurança	-	08.10.1990
Ary Claudio Lima da Silva	Técnico Judiciário - Área Administrativa - Especialidade Segurança	-	08.02.1996

1.2.1. Alterações no Corpo Funcional da Unidade Judiciária

No período de 01.01.2011 até a data da presente inspeção correcional, a Unidade Judiciária teve alteração no corpo funcional em relação a 6 servidores, consoante o detalhamento, constante do quadro a seguir.



Servidor	Lotação	Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
Maria Izabel Garcia dal Pizol	01.07.2009	16.01.2011	1 ano, 6 meses e 16 dias	Lotação Vara do Trabalho de Guaíba
	24.11.2011	05.12.2011	12 dias	Lotação Central de Mandados de Lajeado
Alicia Wilke Salvador	06.07.2009	08.03.2011	1 anos, 8 meses e 3 dias	Lotação Central de Mandados de São Leopoldo
Leticia Stein Vieira	15.02.2011	07.04.2011	1 mês e 24 dias	Lotação 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga – Assistente de Juiz Titular (FC04)
Eduardo de Azevedo Colvara	09.03.2011	07.04.2011	30 dias	Lotação 1ª Vara do Trabalho de Sapiranga – Diretor de Secretaria (CJ3)
Luiz Gustavo Rodrigues Mattos	14.10.2011	13.07.2011	29 anos e 8 meses	Lotação Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito
Mirele Costa Moraes Sidou	09.03.2011	23.10.2011	7 meses e 15 dias	Lotação Vara do Trabalho de Alegrete

Dos 7 servidores que não mais integram a Unidade Judiciária, levando em conta a data da presente correição, 3 servidores ainda estavam em período de adaptação às rotinas de Secretaria, pois se considera razoável para tanto um período de 6 meses. O servidor Eduardo de Azevedo Colvara não chegou a permanecer 1 ano na Unidade Judiciária, enquanto outros 2 servidores lá permaneceram por mais de 1 ano e meio, Maria Izabel Garcia dal Pizol e Alicia Wilke Salvador. Por fim, verifica-se que o servidor Luiz Gustavo Rodrigues Mattos permaneceu na Unidade Judiciária por quase 30 anos. Portanto, constata-se elevada movimentação no Corpo funcional da Unidade Judiciária nos últimos 15 meses.

1.2.2. Afastamentos dos Servidores

No período de 01.01.2011 até a data da presente inspeção correcional, os afastamentos dos servidores da Unidade Judiciária totalizaram 42 dias, conforme o detalhamento apresentado no quadro que segue.



Servidor	Motivo	Período	
Alexandre Fernandes Coradini	Curso ou Evento	em 10.06.2011	1 dia
	Doação de Sangue	em 25.11.2011	1 dia
Armando Benjamin da Silva Ribeiro	Curso ou Evento	em 07.10.2011 em 25.11.2011	1 dia 1 dia Total: 2 dias
		Curso ou Evento	de 04.10.2011 a 07.10.2011 em 23.03.2012 Total: 5 dias
Ary Claudio Lima da Silva	Licença para Tratamento de saúde (LTS)	de 02.06.2011 a 08.06.2011	7 dias
	Curso ou Evento	em 09.05.2011 em 20.05.2011 de 18.08.2011 a 19.08.2011 em 10.11.2011 em 11.11.2011 Total: 6 dias	1 dia 1 dia 2 dias 1 dia 1 dia Total: 6 dias
-		-	-
Curso ou Evento		de 07.11.2011 a 10.11.2011	4 dias
Curso ou Evento		em 10.06.2011	1 dia
Curso ou Evento		em 23.03.2012	1 dia
Marilene Vargas Cassol	Licença para Tratamento de saúde (LTS)	de 17.05.2011 a 23.05.2011	7 dias
	Curso ou Evento	em 23.03.2012	1 dia
Licença para Tratamento de saúde (LTS)		em 27.05.2011 de 13.02.2012 a 14.02.2012 Total: 3 dias	1 dia 2 dias Total: 3 dias
Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições		em 18.04.2011 em 12.08.2011 em 09.03.2012 Total: 3 dias	1 dia 1 dia 1 dia Total: 3 dias
Rosane Maria Nunes de Almeida	-	-	-

Dos 42 dias de afastamento dos servidores, 17 dias decorreram de licença para tratamento de saúde (LTS), 21 dias destinaram-se à participação em curso ou evento de capacitação funcional, 3 dias em virtude de compensação dos dias trabalhados nas eleições e 1 dia para doação de sangue.

Verifica-se, portanto, que, no período avaliado, os servidores da Unidade Judiciária afastaram-se em virtude de LTS por 21 dias, número que é considerado reduzido. Tal dado é importante frente à Meta 14 do CNJ para o ano de 2012 na Justiça do Trabalho, que propõe o estabelecimento de Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 60% das Unidades Judiciárias e Administrativas.



1.2.3. Greve dos Servidores

Considerando sua influência nos dados estatísticos da Unidade Judiciária, registra-se o movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2011. Na Unidade Judiciária inspecionada, houve adesão ao movimento no período de **19.10.2011 a 15.12.2011, totalizando 58 dias de paralisação**, conforme a Portaria nº 01/2011, expedida Juíza Substituta da Unidade Judiciária, Fabiana Gallon, e a Portaria Conjunta nº 6.428, de 16.12.2011, expedida pela Administração do TRT da 4ª Região.

1.3. Estagiários

A Unidade Judiciária não conta com estagiário de Direito.

1.4. Capacitação dos Magistrados e dos Servidores

A Meta 15 do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2012 propõe *Capacitar, com carga-horária mínima de 20 horas, 20% dos magistrados e 20% dos servidores na utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e em gestão estratégica*. Igualmente, o Plano Estratégico Institucional deste TRT relativo aos anos de 2010 a 2015, no tema “Gestão de Pessoas” (Objetivo Estratégico 1), impõe metas a serem observadas, quais sejam: *Envolver, comprometer e qualificar magistrados e servidores para o atingimento dos objetivos estratégicos. Foco: Implantar a gestão por competências alinhada à estratégia, priorizando a atividade-fim. Descrição: Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos magistrados e servidores e garantir que possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para viabilizar o alcance dos objetivos estratégicos, utilizando a gestão por competências*.

Um dos indicadores desse objetivo estratégico é o percentual de magistrados e servidores capacitados, o que é demonstrado no quadro abaixo, relativamente à Vara do Trabalho de Rosário do Sul.

	Metas					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Magistrados	85%	85%	85%	85%	85%	85%
Capacitados	Situação da Unidade Judiciária					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	-	100%	-	-	-	-
	Metas					



Servidores	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	75%	75%	75%	75%	75%	75%
Capacitados	Situação da Unidade Judiciária					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
-	90%	-	-	-	-	

Mediante consulta aos dados da Seção de Gestão de Pessoas deste Tribunal, constatou-se que o Juiz Titular da Unidade Judiciária, **Paulo Luiz Schmidt**, contabiliza 3 horas em cursos e eventos de capacitação funcional. Entretanto, não participou de curso de capacitação em processo eletrônico. As duas Magistradas que atuaram na Unidade Judiciária, **Elizabeth Bacin Hermes** e **Fabiana Gallon**, frequentaram cursos e eventos de capacitação funcional que totalizaram 114,8 horas e não participaram de curso sobre processo eletrônico. Por fim, a Magistrada em atuação na Unidade Judiciária, **Laura Balbuena Valente Gabriel**, soma carga horária de 6,6 horas de participação em cursos e eventos de capacitação funcional na Unidade Judiciária, sem participação em curso de processo eletrônico. Detalhamento no quadro a seguir.

Magistrado	Capacitação	Capacitação em Processo Eletrônico
Paulo Luiz Schmidt	3 horas	-
Elizabeth Bacin Hermes	106,4 horas	-
Fabiana Gallon	8 horas	-
Laura Balbuena Valente Gabriel	6,6 horas	-

Em relação aos servidores que atuam na Unidade Judiciária, observa-se que somente o Diretor de Secretaria, Carlos Alberto Busatto, e o Assistente de Juiz Titular, Armando Benjamin da Silva Ribeiro, participaram de curso sobre a implantação do processo eletrônico. Destaca-se, entretanto, que, no ano de 2011, somente houve cursos de capacitação nessa área aos gestores.

Ao final, conforme demonstrativo seguinte, registra-se, por relevante, que, dentre os servidores lotados na Unidade Judiciária, somente uma servidora, Rosane Maria Nunes de Almeida, não participou de nenhum curso ou evento de capacitação funcional. Os demais 9 servidores participaram de curso ou evento de capacitação funcional com carga horária superior a 30 horas de treinamento cada um.



Servidor	Capacitação	Capacitação em Processo Eletrônico
Alexandre Fernandes Coradini	38 horas	-
Armando Benjamin da Silva Ribeiro	55 horas	3 horas
Ary Claudio Lima da Silva	37 horas	-
Carlos Alberto Busatto – Gestor da Unidade Judiciária	115,5 horas	8 horas
Celina Duval de Freitas	444,5 horas	-
Gilberto Milfon Izaguirry Rocha	32 horas	-
Marcio Rodrigues Roos	94 horas	-
Marilene Vargas Cassol	35 horas	-
Pricila Barbieri	125 horas	-
Rosane Maria Nunes de Almeida	-	-

Dessa forma, recomenda-se ao Diretor de Secretaria que continue viabilizando a participação dos servidores da Unidade Judiciária em cursos e eventos que contribuam para o exercício de suas atividades, especialmente àqueles que contabilizaram menor carga horária no último período, orientando-os sobre a importância do aprimoramento da capacitação funcional.

2. Dados Estatísticos da Unidade Judiciária

2.1. Processos pendentes

Houve redução de 34,93% no número total de processos pendentes de solução na Unidade Judiciária, levando-se em conta os dados dos meses de dezembro de 2010 (876 processos) e dezembro de 2011 (570 processos), salientando-se que a diminuição se deu em todas as fases processuais, com destaque para o número de processos pendentes na fase de liquidação de sentença, que registrou uma redução de 79,44%, como dá conta o quadro seguinte.

Mês/Ano	Pendentes de Cognição	Pendentes Liquidação	Pendentes Execução	Total de Pendentes
dez/2010	106	214	556	876



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

jan/2011	122	220	553	895
fev/2011	122	209	549	880
mar/2011	114	179	532	825
abr/2011	115	146	547	808
mai/2011	107	52	471	630
jun/2011	75	52	471	598
jul/2011	75	52	474	601
ago/2011	85	49	468	602
set/2011	79	46	467	592
out/2011	74	40	451	565
nov/2011	83	43	446	572
dez/2011	89	44	437	570
jan/2012	105	39	430	574
fev/2012	103	35	414	552
mar/2012	92	29	397	518

2.2. – Processos em fase de conhecimento

a) Processos ajuizados até 2007 pendentes de julgamento

A Meta 2 do CNJ para o ano 2010 é Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do Tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007. Mediante consulta ao sistema informatizado - inFOR constata-se que o processo nº 0032200-53.2005.5.04.0841 ainda se encontra sem prolação de sentença:

Processo	Data do ajuizamento	Situação
0032200-53.2005.5.04.0841	29/11/2005	Aguarda trânsito em julgado do Agravo de Instrumento no processo 0002800-37.2006.5.04.0007.

Em face do exposto, determina-se o registro do andamento de “PROCESSO SUSPENSO/SOBRESTADO” no sistema informatizado, informando, em seguida, o número da ação que impede o prosseguimento da demanda, bem como o Juízo em que tramita. Além



disso, tão logo seja superado o motivo da suspensão, a demanda tenha tramitação prioritária na Unidade Judiciária, com prolação de sentença no menor lapso possível.

b) Processos ajuizados até 2008 pendentes de julgamento

A Meta 2 do ano de 2012 do Conselho Nacional de Justiça recomenda Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2007, no STJ; 70%, em 2009, na Justiça Militar da União; 50%, em 2007, na Justiça Federal; 50%, de 2007 a 2009, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais; 80%, (dos processos distribuídos) em 2008, na Justiça do Trabalho; 90%, de 2008 a 2009, na Justiça Eleitoral; 90%, de 2008 a 2010, na Justiça Militar dos Estados; e 90% em 2007, nas Turmas Recursais Estaduais, e no 2º Grau da Justiça Estadual. Todas as ações ajuizadas na Unidade Judiciária no ano de 2008 já têm sentença prolatada, estando a meta plenamente alcançada.

c) Reclamações trabalhistas ajuizadas e solucionadas

A Meta 3 do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2011 determina que deve ser julgada *quantidade igual a de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque, com acompanhamento mensal.* Na Vara do Trabalho de Rosário do Sul, o número total de ações solucionadas durante o ano de 2011 foi apenas 1 processo inferior ao número total de ações ajuizadas no mesmo lapso. A meta, portanto, não foi atingida, como se observa do quadro que segue.

Da mesma forma, os dados parciais do ano de 2012 registram pequena diferença entre o número de processos solucionados em relação aos ajuizados, sendo esses superiores em 3 processos. De modo que, com as informações obtidas até a presente data, há tendência de que não seja alcançada a Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça para o ano de 2012, que é *Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012.*

Mês/Ano	Ajuizadas	Solucionadas	Desempenho%
Total em 2010	233	304	130,47
jan/2011	17	1	5,88
fev/2011	18	18	100
mar/2011	18	26	144,44
abr/2011	22	21	95,45
mai/2011	23	33	143,48
jun/2011	20	32	160



jul/2011	19	19	100
ago/2011	27	17	62,96
set/2011	24	30	125
out/2011	20	25	125
nov/2011	18	9	50
dez/2011	22	16	72,73
Total em 2011	248	247	99,6
jan/2012	18	2	11,11
fev/2012	19	21	110,53
mar/2012	19	30	157,89
Total de 2012 (parcial)	56	53	94,64

Em face disso, recomenda-se à Unidade Judiciária que controle mensalmente a quantidade de processos solucionados em relação ao número de ações ajuizadas, concentrando esforços em medidas que melhorem o desempenho da Unidade Judiciária, tais como pautas específicas para tentativa de conciliação.

d) Petições protocoladas

De acordo com a consulta feita ao sistema informatizado - inFOR, a média de petições protocoladas diariamente na Unidade Judiciária no ano de 2011, considerando todas as fases processuais, foi de 22, conforme mostra o quadro abaixo.

Mês	Total de Petições Protocoladas	Dias úteis	Média/dia
jan/2011	297	17	17
fev/2011	557	19	29
mar/2011	416	21	20
abr/2011	349	17	21
mai/2011	542	22	25
jun/2011	439	21	21
jul/2011	473	21	23



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

ago/2011	551	22	25
set/2011	373	19	20
out/2011*	436	19	23
nov/2011*	406	19	21
dez/2011*	226	12	19
Total em 2011	5.065	229	22
jan/2012	234	17	14
fev/2012	455	19	24
mar/2012	505	22	23
Total em 2012	1.194	58	21

* Períodos de greve dos servidores da Unidade Judiciária: de 19.10.2011 a 15.12.2011.

e) Processos solucionados por conciliação

Nos termos do Plano Estratégico Institucional deste TRT, relativo aos anos de 2010 a 2015, no tema “Eficiência Operacional” (Objetivo Estratégico 1), foi estabelecido o seguinte: *Aprimorar, simplificar e agilizar as rotinas de trabalho (administrativas e judiciais). Descrição: Buscar uma melhoria contínua nas rotinas de trabalho, contribuindo para a redução do tempo de tramitação e contribuindo com a razoável duração do processo.* Entre os indicadores desse objetivo está o índice de conciliações na fase de conhecimento, cujas metas estabelecidas são as que seguem:

Índice de	Metas					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Acordos						
(conhecimento)	43%	45%	48%	52%	58%	60%

Considerando as informações do quadro abaixo, verifica-se que, em 2010, 59,23% dos processos ajuizados foram solucionados por acordos, ficando 16 pontos percentuais acima da meta. Em 2011, o índice caiu para 53,23%, também superando a meta em mais de 8 pontos percentuais. Levando-se em conta os dados de 2012, ainda que parciais, constata-se que a Unidade Judiciária tem um excelente índice de conciliações, com tendência de que a meta também seja alcançada nesse ano.



Mês/Ano	Ajuizadas	Conciliados	Sentença	Arquivados	Outros	Total de Solucionados	Percentual de Acordos
Total em 2010	233	138	157	4	5	304	59,23%
jan/2011	17	0	1	0	0	1	0
fev/2011	18	16	1	0	1	18	88,89%
mar/2011	18	12	9	2	3	26	66,67%
abr/2011	22	10	10	0	1	21	45,45%
mai/2011	23	17	16	0	0	33	73,91%
jun/2011	20	14	15	2	1	32	70%
jul/2011	19	7	10	2	0	19	36,84%
ago/2011	27	8	9	0	0	17	29,63%
set/2011	24	17	10	3	0	30	70,83%
out/2011	20	13	11	1	0	25	65%
nov/2011	18	6	2	1	0	9	33,33%
dez/2011	22	12	4	0	0	16	54,55%
Total em 2011	248	132	98	11	6	247	53,23%
jan/2012	18	0	2	0	0	2	0
fev/2012	19	9	10	0	2	21	47,37%
mar/2012	19	22	7	0	1	30	115,79%
Total em 2012	56	31	19	0	3	53	55,36%

Diante disso, recomenda-se seja mantido o empenho na composição das lides, inclusive com incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação nos processos em fase de execução.

2.3. Audiências

a) Prazo médio para realização das audiências

Como se observa no próximo quadro, houve redução no prazo médio das audiências na Unidade Judiciária. O prazo médio da 1ª audiência de



procedimento ordinário, em 2010, ficou próximo a 36 dias, enquanto, em 2011, esse prazo aproximou-se de 34 dias. Situação semelhante ocorre nos prazos médios da 1ª audiência em procedimento sumaríssimo, com redução de 31 dias, em 2010, para 28 dias em 2011.

Também houve queda no prazo médio para realização das audiências de prosseguimento. Em 2010, o prazo médio das audiências de prosseguimento foi de 175 dias. Em 2011, esse prazo foi reduzido para 150 dias, considerado bom. Ainda que se reconheçam melhorias, a Unidade Judiciária carece de aperfeiçoamento.

O quadro abaixo mostra, em número de dias, o tempo de espera pelas audiências inaugurais e de instrução na Unidade Judiciária inspecionada.

Mês/Ano	Ordinário 1ª Audiência	Sumaríssimo 1ª Audiência	Ordinário Prosseguimento	Sumaríssimo Prosseguimento
Pz Médio em 2010	36,33	31,83	175,33	114,33
jan/2011	0	0	0	0
fev/2011	67	50	214	0
mar/2011	54	43	344	0
abr/2011	34	20	61	0
mai/2011	32	26	101	0
jun/2011	24	15	221	0
jul/2011	27	15	213	0
ago/2011	33	46	145	0
set/2011	45	34	182	162
out/2011	27	25	55	0
nov/2011	45	35	88	0
dez/2011	29	30	187	0
Pz Médio em 2011	34,75	28,25	150,92	162
jan/2012	0	0	0	0
fev/2012	57	56	131	0
mar/2012	43	39	204	0
Pz Médio em 2012	33,33	31,67	111,67	0

Tendo em vista que o prazo médio das audiência de prosseguimento é satisfatório, recomenda-se que, nos processos de rito



sumaríssimo, seja observado o prazo de 15 dias, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, para as audiências iniciais e, nos processos de rito ordinário, o prazo deve ser de aproximadamente 30 dias.

b) Média mensal de processos em pauta e dias com audiências

Completando os dados do quadro acima, elenca-se o número de dias, por mês, em que houve audiências e o número de processos pautados.

Mês/Ano	Dias com audiência	Nº de processos na pauta
jan/2011	0	0
fev/2011	7	48
mar/2011	8	75
abr/2011	6	38
mai/2011	8	65
jun/2011	8	56
jul/2011	3	23
ago/2011	3	30
set/2011	9	72
out/2011	8	65
nov/2011	3	31
dez/2011	4	33
jan/2012	0	0
fev/2012	6	52
mar/2012	8	85

2.4. Processos em fase de execução

Em 2010, o número de execuções encerradas definitivamente superou em 95 o número de execuções iniciadas. Em 2011, o desempenho foi ainda melhor: o número de execuções encerradas (definitivamente) superou em 107 processos o número de execuções iniciadas no mesmo período.

Diante dessa realidade, vê-se que a Meta 3 do CNJ relativa ao ano de 2010 (*Reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais*) foi plenamente alcançada.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

Portanto, merece destaque o excepcional desempenho da Unidade Judiciária em relação ao número de execuções encerradas nos anos de 2010 e 2011.

Mês/Ano	Iniciados	Desarquivados e Outros	Encerradas	Arquivo Provisório e Outros	Pendentes em Execução	Situação em Relação a Dez/2009
Dez/2009	-	-	-	-	668	-
Total em 2010	105	13	200	30	556	-16,77%
jan/2011	26	0	26	3	553	-17,22%
fev/2011	16	2	19	3	549	-17,81%
mar/2011	0	0	13	4	532	-20,36%
abr/2011	36	1	21	1	547	-18,11%
mai/2011	0	1	67	10	471	-29,49%
jun/2011	0	8	7	9	471	-29,49%
jul/2011	18	4	14	5	474	-29,04%
ago/2011	18	5	23	6	468	-29,94%
set/2011	10	5	13	3	467	-30,09%
out/2011	11	2	26	3	451	-32,49%
nov/2011	2	2	6	3	446	-33,23%
dez/2011	0	0	9	0	437	-34,58%
Total em 2011	137	30	244	50	437	-34,58%
jan/2012	5	2	11	3	430	-35,63%
fev/2012	11	1	25	3	414	-38,02%
mar/2012	5	5	20	7	397	-40,57%
Total em 2012 (parcial)	21	8	56	13	397	-40,57%

Em relação ao ano de 2012, porém, é importante que a Unidade Judiciária observe o que determina a Meta 17 do Conselho Nacional de Justiça, que é *Aumentar em 10% o quantitativo de execuções encerradas em relação a 2011.*



Assim, recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, observando o número de processos abaixo apontado.

Execuções Encerradas em 2011	Meta para 2012
244 processos	269 processos

Ainda quanto à fase de execução, também é importante a redução do tempo médio de tramitação dos processos. O Plano Estratégico Institucional deste TRT, no tema “Acesso à Justiça e Efetividade” (Objetivo Estratégico 1), manda *Promover o cumprimento das decisões judiciais. Descrição: Assegurar o cumprimento das decisões emanadas do Poder Judiciário, a fim de garantir que os direitos reconhecidos alcancem resultados concretos.*

No que se refere ao indicador do tempo médio de tramitação dos processos na fase de execução, observa-se no quadro abaixo que, em 2010 e 2011, a Unidade Judiciária não conseguiu alcançar a meta estabelecida no plano estratégico. Entretanto, os dados parciais obtidos até o mês de março de 2012 mostram a diminuição da média de dias em que os processos tramitaram na fase de execução. O reduzido lapso, implementado pela Unidade Judiciária nesses três meses de 2012, supera inclusive o objetivo fixado por essa meta.

Tempo médio de tramitação na execução (dias)	Metas					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	1.022	920	782	664	564	360
	Situação da Unidade Judiciária					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	1.159,08	1.294,34	672,08 (até março)	-	-	-
= Somatório dos dias transcorridos desde a data do trânsito em julgado até a data do arquivamento definitivo em todos os processos arquivados definitivamente, dividindo-se o valor alcançado pelo número de processos arquivados definitivamente.						

2.5. Valores arrecadados e movimentados, por rubrica

Mês/Ano	Custas e Emolumentos	Recolhimentos Previdenciários	Imposto de Renda	Pagamentos em Acordos	Pagamentos em Execução
Total em 2010	R\$ 42.217,63	R\$ 341.851,52	R\$ 312.596,01	-	-
jan/2011	R\$ 3.446,63	R\$ 20.757,77	R\$ 14.508,70	R\$ 56.436,47	R\$ 170.667,72
fev/2011	R\$ 1.127,60	R\$ 185.046,89	R\$ 4.218,87	R\$ 41.374,26	R\$ 139.619,88



mar/2011	R\$ 1.377,63	R\$ 35.152,27	R\$ 3.097,05	R\$ 21.318,32	R\$ 306.967,98
abr/2011	R\$ 5.600,06	R\$ 7.093,75	R\$ 1.884,88	R\$ 3.919,00	R\$ 135.650,97
mai/2011	R\$ 2.851,13	R\$ 18.631,68	R\$ 1.072,81	R\$ 6.924,85	R\$ 449.414,66
jun/2011	R\$ 5.105,00	R\$ 27.126,60	R\$ 1.469,16	R\$ 34.671,53	R\$ 276.890,20
jul/2011	R\$ 3.943,14	R\$ 12.646,23	R\$ 1.471,82	R\$ 36.470,66	R\$ 59.997,22
ago/2011	R\$ 16.360,69	R\$ 68.658,98	R\$ 92.530,12	R\$ 17.801,00	R\$ 227.360,87
set/2011	R\$ 4.356,70	R\$ 40.025,62	R\$ 1.002,85	R\$ 47.802,87	R\$ 3.536,33
out/2011	R\$ 7.547,87	R\$ 19.359,64	R\$ 839,12	R\$ 240.410,13	R\$ 108.259,28
nov/2011	R\$ 11.559,80	R\$ 60.943,82	R\$ 3.687,21	R\$ 43.744,12	R\$ 459.715,20
dez/2011	R\$ 860,27	R\$ 4.814,59	R\$ 500,56	R\$ 80.135,75	R\$ 36.652,44
Total em 2011	R\$ 64.136,52	R\$ 500.257,84	R\$ 126.283,15	R\$ 631.008,96	R\$ 2.374.732,75
jan/2012	R\$ 179,53	R\$ 1.316,25	R\$ 0,00	R\$ 47.924,05	R\$ 106.912,63
fev/2012	R\$ 11.146,13	R\$ 82.165,39	R\$ 23.379,41	R\$ 143.038,67	R\$ 252.307,55
mar/2012	R\$ 7.113,77	R\$ 61.532,45	R\$ 4.299,78	R\$ 47.193,59	R\$ 238.551,96
Total em 2012	R\$ 18.439,43	R\$ 145.014,09	R\$ 27.679,19	R\$ 238.156,31	R\$ 597.772,14

3. Exame dos Registros

Os serviços da Unidade Judiciária estão informatizados, tendo sido examinados os registros eletrônicos, nos termos do art. 51 da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – CPCR, e encontradas as irregularidades a seguir elencadas.

3.1. Registros de Carga de Processos a Advogados

Analisados os lançamentos no sistema informatizado – inFOR, no dia 27.03.2012, relativamente ao período de 08.04.2011 a 27.03.2012, constatou-se a existência de 3 processos em carga com advogados com registro de prazo excedido, nos quais foram expedidas notificações para devolução dos autos, conforme rol que segue:

0063800-15.1993.5.04.0841	prazo vencido em 06.02.2012	notificação para devolução dos autos em 16.03.2012
0001900-45.2004.5.04.0841	prazo vencido em 02.03.2012	notificação para devolução dos autos em 15.03.2012



0041500-34.2008.5.04.0841 prazo vencido em 10.03.2012 notificação para devolução dos autos em 20.03.2012

Recomenda-se ao Diretor de Secretaria que continue a observar o disposto no art. 51, § 1º, da CPCr.

3.2. Registros de Carga de Processos a Peritos

Examinados os lançamentos no sistema informatizado – inFOR, no dia 27.03.2012, relativamente ao período de 08.04.2011 a 27.03.2012, não foi constatada a existência de nenhum processo em carga com perito com registro de prazo excedido.

Recomenda-se ao Diretor de Secretaria que continue a observar o disposto no art. 51, § 1º, da CPCr.

3.3. Registros de Carga de Mandados

Conforme os lançamentos do sistema informatizado – inFOR, no dia 27.03.2012, relativamente ao período de 08.04.2011 a 27.03.2012, verificou-se a existência de 1 mandado com registro de prazo de cumprimento excedido, no processo sob nº 0000182-66.2011.5.04.0841, carga OJ 841-00486/11, com prazo vencido em 19.09.2011, no qual não foram tomadas quaisquer providências para solicitar o cumprimento e a devolução do mandado, cumprindo salientar que a Carta Precatória foi devolvida à origem em 01.09.2011.

Diante de tal constatação, determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido, bem como a redução do tempo para tal fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCr.

3.4. Registros de Carga de Processos a Juízes

Pelos dados colhidos no Boletim de Produção Mensal de juízes, no dia 03.04.2012, observou-se haver o total de 12 processos retirados em carga pelos magistrados, pendentes de decisão na Vara do Trabalho inspecionada e distribuídos do seguinte modo:

- a) Juíza **Fabiana Gallon** – 3 processos de cognição de rito ordinário e 1 processo de execução de rito ordinário;
- b) Juíza **Elizabeth Bacin Hermes** – 5 processos de cognição de rito ordinário e 3 processos de cognição de rito sumaríssimo.



OBSERVAÇÃO:

- Em regra, os Juízes do Trabalho Substitutos que atuam na Unidade Judiciária não designam data para a publicação das sentenças no encerramento da instrução.

4. Análise de Processos

Os processos examinados foram selecionados a partir de três listagens distintas, todas expedidas em 23.03.2012. A primeira e a segunda listas foram extraídas do sistema informatizado – inFOR e dizem respeito a processos sem movimentação e protocolos parados.

A terceira lista, elaborada pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações - SETIC, mediante consulta ao sistema inFOR, é decorrente de sorteio aleatório entre todos os processos da Unidade Judiciária, com fases e ritos processuais diferentes, e foi composta de 51 processos. Nessa amostragem, verificou-se a regularidade dos andamentos processuais gerados nos autos pela Unidade Judiciária, razão pela qual não se constatou a necessidade de remessa a esta Corregedoria dos referidos processos. Portanto, destaca-se o bom desempenho da Vara do Trabalho inspecionada frente à totalidade de procedimentos a serem observados na atualização dos dados e andamentos processuais. **Contudo, verificou-se que, em apenas 3 processos, abaixo arrolados, os andamentos do sistema inFOR devem ser atualizados, o que se determina:**

0001000-43.1996.5.04.0841 0003300-41.1997.5.04.0841 0038200-64.2008.5.04.0841

5. Pressupostos de Admissibilidade dos Recursos

A partir da conferência dos processos examinados fisicamente, remetidos a esta Corregedoria, constata-se que a Unidade Judiciária observa a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento expreso nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

6. Dados do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

Com o advento da Lei nº 12.440/2011, de 7 de julho de 2011, foi instituída a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), documento cuja apresentação passou a ser obrigatória pelos interessados em licitar com o Poder Público. A sua expedição pressupõe a existência de um banco de dados integrado de âmbito nacional.



Em face disso, a Resolução Administrativa nº 1.470, de 24 de agosto de 2011, do Órgão Especial do Tribunal Superior do Trabalho, instituiu o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT). Para composição inicial desse banco de dados, houve enorme esforço desta Justiça Especializada em todo o país. No âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região, foi determinada a suspensão dos prazos processuais, assim como do atendimento externo nas Unidades Judiciárias de primeiro grau, no período de 12 a 20.09.2011, apenas com esse propósito, conforme o Provimento Conjunto nº 11, de 31 de agosto de 2011, o que foi cumprido pela Unidade Judiciária inspecionada.

Porém, tão importante quanto o trabalho já executado, é a constante alimentação do BNDT com os dados atualizados, a fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT. Dessa forma, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Em face disso, recomenda-se, em relação aos lançamentos no BNDT, que a Unidade Judiciária:

- a) **faça a imediata inclusão dos dados do devedor que, devidamente cientificado, descumprir obrigação de fazer ou não fazer, no prazo previsto em lei;**
- b) **antes de efetivar a ordem de inclusão do devedor no BNDT, em caso de execução por quantia certa, determine o bloqueio eletrônico de numerário por meio do sistema Bacen Jud, nos termos do art. 655, I, CPC;**
- c) **feito o bloqueio eletrônico de numerário, registre no sistema, quando for o caso, a informação sobre a existência de garantia total da execução e, em caso negativo, o registro do débito junto ao BNDT;**
- d) **expeça periodicamente listagem de processos em fase de execução sem dívida registrada no BNDT, verificando se não é o caso de atualização das informações. Salienta-se que, na Vara do Trabalho inspecionada, há 55 processos nessa situação;**
- e) **efetue, com prioridade, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19 da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;**
- f) **efetue a devida anotação, no respectivo campo do sistema informatizado inFOR, quando há garantia da execução por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada, o que enseja a expedição de Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da CNDT;**
- g) **utilize os convênios disponibilizados à Unidade Judiciária para obtenção dos números de CNPJ e CPF dos executados com débitos pendentes, possibilitando a inclusão de seus dados no BNDT;**



- h) atente para os casos de retorno dos autos pendentes de recursos na fase de execução das instâncias superiores para atualização dos dados do executado junto ao cadastro do BNDT, se for o caso;
- i) atente para os casos em que a execução provisória passa a ser definitiva, procedimento que exige a inclusão dos dados no BNDT, observando-se no caso o disposto nos itens “a”, “b”, e “c” acima.

7. Convênios

Verifica-se que a Unidade Judiciária é diligente quanto ao uso dos principais convênios disponibilizados pelo TRT4 (Bacen Jud, HOD, InfoJud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG).

8. Recomendações Gerais

Recomenda-se que os juízes de primeiro grau atentem para as seguintes orientações:

- a) determinem, de ofício ou a requerimento do interessado, a imediata liberação do depósito recursal ao credor, sempre que, após a liquidação da sentença, for apurado que o valor devido é inequivocamente superior ao do depósito, nos termos do art. 18, V, “e”, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;
- b) ao expedir Mandado de Citação, Penhora e Avaliação em fase de execução definitiva ou provisória, levem em conta a dedução dos valores já depositados nos autos, em especial o depósito recursal, nos termos da Resolução 180, de 05 de março de 2012 do TST, que atualizou o texto da Instrução Normativa nº 3/1993, item II, letra “g”; e
- c) sejam promovidas audiências semanais para tentativa de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, nos termos do art. 77, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho.

9. Recomendações Finais

Recomenda-se que o Diretor de Secretaria dê imediata ciência a todos os servidores lotados na Unidade Judiciária dos provimentos e orientações expedidos por esta Corregedoria Regional, com ênfase a este Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para informação sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento das inconsistências detectadas.



10. Agradecimentos e Encerramento

Merece especial registro a cordialidade dispensada pela Juíza do Trabalho Laura Balbuena Valente Gabriel, pelo Diretor de Secretaria Carlos Alberto Busatto e pelos demais servidores presentes na Unidade Judiciária à equipe responsável pela inspeção correcional, prestando importante colaboração para o seu bom encaminhamento. E, para os devidos fins, é por mim, Bruna Calsing, Assessora Jurídica da Corregedoria, lavrado o presente Relatório de Inspeção Correcional, que é assinado pela Corregedora Regional Cleusa Regina Halfen.

CLEUSA REGINA HALFEN
Corregedora Regional